

Demonstrações Financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

30 de junho de 2022

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2022 atingiu o valor de R\$ 1,56 bilhão (R\$ 1,54 bilhão em 31 de dezembro de 2021) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 25,59% (36,45% em 31 de dezembro de 2021) – Índice alcançado de Basiléia.

O banco apresentou um lucro de 8 milhões no primeiro semestre de 2022 (lucro de 60 milhões no primeiro semestre de 2021).

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil :
<https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e
<https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constitu o em cumprimento   Resolu o CMN n  4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa oes com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 15 de agosto de 2022

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstra es financeiras

30 de junho de 2022

 ndice

| | |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstra es financeiras..... | 1 |
| Demonstra es financeiras auditadas | |
| Balanços patrimoniais..... | 8 |
| Demonstra o do resultado..... | 10 |
| Demonstra o do resultado abrangente..... | 11 |
| Demonstra o das muta es do patrimônio líquido..... | 12 |
| Demonstra o dos fluxos de caixa..... | 13 |
| Notas explicativas às demonstra es financeiras..... | 14 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no semestre.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de confirmação da existência, por meio de circularização, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise para uma amostra de operações de derivativos dos contratos, verificação da liquidação financeira e o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº9 e 10 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$1.097.180 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$5.244 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Soares', written over a faint circular stamp.

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| | <u>Nota</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 5 | 109.088 | 178.242 |
| Instrumentos financeiros | | 30.668.926 | 22.492.599 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 6 | 3.863.255 | 3.735.887 |
| Títulos e valores mobiliários carteira de negociação | 7 | 64.457 | 30.637 |
| Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda | 7 | 1.183.019 | 1.221.933 |
| Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda | 7 | (147.585) | (147.585) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 653.801 | 345.257 |
| Relações interfinanceiras | | 674 | 1.396 |
| Negociação e intermediação de valores | 8.a | 20.738 | - |
| Carteira de câmbio | 11 | 24.590.502 | 16.600.662 |
| Operações de crédito - setor privado | 9.a | 210.947 | 327.781 |
| Operações de crédito - setor privado - outros créditos | 9.a | 229.118 | 376.631 |
| Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado | | | |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 10 | (5.244) | (8.853) |
| Ativo fiscal diferido | 19.b | 64.226 | 66.172 |
| Outros ativos | | 561.915 | 563.727 |
| Rendas a receber | | 1.664 | 1.315 |
| Diversos | 12.a | 560.251 | 562.412 |
| Investimentos | | 84.692 | 82.680 |
| Participações em controladas | 14 | 84.673 | 82.661 |
| Outros investimentos | | 19 | 19 |
| Ativo imobilizado | | 3.565 | 3.610 |
| Imobilizado de uso | | 16.491 | 16.128 |
| Depreciações | | (12.926) | (12.518) |
| Total do ativo | | 31.487.168 | 23.378.177 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 2022 | 2021 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | | 29.504.395 | 21.343.171 |
| Depósitos | 15 | 518.837 | 174.133 |
| Captações no mercado aberto | 16 | 47.180 | 61.305 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 545.967 | 684.793 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 17 | 3.976.599 | 4.028.256 |
| Carteira de câmbio | 11 | 24.408.549 | 16.207.453 |
| Relações interdependências | | 7.231 | 23.354 |
| Negociação e intermediação de valores | 8 | 32 | 163.877 |
| Provisões | | 364.677 | 409.266 |
| Fiscais e previdenciárias | 12.b | 25.514 | 60.729 |
| Diversas | 12.c | 338.256 | 347.963 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 907 | 574 |
| Passivo fiscal diferido | 19.d | 60.995 | 81.168 |
| Patrimônio líquido | | 1.557.101 | 1.544.572 |
| Capital | | 2.956.929 | 2.956.929 |
| Reserva de capital | 25 | 3.455 | 3.925 |
| Reserva de lucros | | 273 | 273 |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda | 18.e | (40.387) | (45.424) |
| Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa | 18.f | 1.012 | 1.028 |
| Prejuízos acumulados | | (1.364.181) | (1.372.159) |
| Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores | | 1.557.101 | 1.544.572 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 31.487.168 | 23.378.177 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|--|------------------|-----------|-----------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 345.141 | 807.827 |
| Operações de crédito | | 35.240 | 32.373 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 249.020 | 149.246 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 7 | 60.881 | 626.208 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (288.599) | (697.688) |
| Operações de captações no mercado | | (54.396) | (15.644) |
| Operações de empréstimos e repasses | 17 | 431.454 | (274.266) |
| Resultado de operações com câmbio | | (666.473) | (408.802) |
| (Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 10 | 816 | 1.024 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 56.542 | 110.139 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (49.325) | (19.196) |
| Receitas de prestação de serviços | | 54.036 | 51.846 |
| Rendas de tarifas bancárias | | | |
| Resultado de participações em controladas e coligada | 14 | 2.100 | 4.308 |
| Despesas de pessoal | | (36.030) | (44.032) |
| Outras despesas administrativas | 21 | (28.961) | (29.788) |
| Despesas tributárias | | (55.736) | (24.206) |
| Outras receitas operacionais | 22 | 38.054 | 40.812 |
| Outras despesas operacionais | 23 | (22.788) | (18.136) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 7.217 | 90.943 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | | 4 | 248 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO | | 7.221 | 91.191 |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 19 | 757 | (31.205) |
| Provisão para imposto de renda corrente | | (11.957) | (31.257) |
| Provisão para contribuição social corrente | | (9.621) | (25.028) |
| Imposto diferido | | 22.335 | 25.080 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | | 7.978 | 59.986 |
| Lucro líquido por ação | | 7,85 | 58,99 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|---|------------------|---------|----------|
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | | 7.978 | 59.986 |
| Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas: | | 5.021 | (18.488) |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 18 (e) | 5.037 | (19.759) |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | 9.158 | (35.927) |
| Imposto de renda | | (4.121) | 16.168 |
| Hedge de Fluxo de caixa | 18 (f) | (16) | 1.271 |
| Hedge de Fluxo de caixa | | (29) | 2.311 |
| Imposto de renda | | 13 | (1.040) |
| Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos: | | (470) | (161) |
| Plano de Benefícios | 25 | (470) | (161) |
| Pagamento baseado em ações | | (470) | (161) |
| RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE | | 12.529 | 41.337 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 E JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total |
|-------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|--------------------|----------------------------------|----------------------|-----------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | 2.956.929 | 3.753 | 273 | (18.248) | (1.414.820) | 1.527.887 |
| Plano de pagamento baseado em ações | 25 | | | | | | |
| - Controlador | | - | (137) | - | - | - | (137) |
| - Controladas | | - | (24) | - | - | - | (24) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 18.e, 18.f | - | - | - | (18.488) | - | (18.488) |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 59.986 | 59.986 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 | | 2.956.929 | 3.592 | 273 | (36.736) | (1.354.834) | 1.569.224 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | | 2.956.929 | 3.925 | 273 | (44.396) | (1.372.159) | 1.544.572 |
| Plano de pagamento baseado em ações | 25 | | | | | | |
| - Controlador | | - | (382) | - | - | - | (382) |
| - Controladas | | - | (88) | - | - | - | (88) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 18.e, 18.f | - | - | - | 5.021 | - | 5.021 |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 7.978 | 7.978 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 | | 2.956.929 | 3.455 | 273 | (39.375) | (1.364.181) | 1.557.101 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

| ATIVIDADES OPERACIONAIS | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|--|------------------|-------------|-------------|
| Lucro líquido dos semestres | | 7.978 | 59.986 |
| Ajustes que não afetam o fluxo de caixa | | 148.339 | 766.534 |
| Depreciações e amortizações | 21 | 647 | 667 |
| Provisão para outros créditos e créditos de liquidação duvidosa | 10 | (816) | (1.024) |
| Atualização de depósitos judiciais | 22 | (14.084) | (2.757) |
| Reversão de provisão para riscos | 13 (ii) | (98) | (27.989) |
| Atualização de riscos | 13 (ii) | (5.990) | 2.592 |
| Atualização de outros impostos e contribuições a compensar | 23 | - | (72) |
| Impostos diferidos | 19 | (22.335) | (25.080) |
| Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos. | | 172.216 | 624.500 |
| Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos. | | (85.235) | (17.483) |
| Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos | | 101.495 | 236.113 |
| Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação | 18.e, 18.f | 5.021 | (18.488) |
| Plano de pagamento baseado em ações | 25 | (382) | (137) |
| Resultado de participação em controladas | 14 | (2.100) | (4.308) |
| Lucro líquido ajustado/(Prejuízo) | | 156.317 | 826.520 |
| Variação de ativos e obrigações | | (1.366.657) | (217.131) |
| (Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | | 314.274 | 2.146.082 |
| Aumento em títulos e valores mobiliários | | 3.295 | 132.548 |
| (Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências | | (10.797) | (17.953) |
| (Aumento) redução em operações de crédito | | 291.004 | 423.746 |
| (Aumento) redução em outros créditos | | (9.092.744) | 701.311 |
| Aumento (redução) em depósitos | | 344.704 | (100.164) |
| Aumento (redução) no mercado aberto | | (1.128.481) | (1.678.803) |
| Aumento (redução) em outras obrigações | | 8.574.383 | (964.455) |
| Impostos pagos | | (91.875) | (70.385) |
| Juros recebidos sobre operações | | (23.354) | (48.936) |
| Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos | | (547.066) | (740.122) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | (1.210.340) | 609.389 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aquisição de imobilizado de uso | | (608) | (101) |
| Alienação de imobilizado de uso | | 6 | - |
| Dividendos recebidos de controlada | | - | 262 |
| Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento | | (602) | 161 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Aumento (redução) em obrigações por empréstimos | | 461.018 | (2.302.064) |
| Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento | | 461.018 | (2.302.064) |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NOS SEMESTRES | | (749.924) | (1.692.514) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE | | 1.430.900 | 4.738.786 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE | 5 | 680.976 | 3.046.272 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa | | 672.920 | 3.046.236 |
| Diferença cambial líquida | | 8.056 | 36 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2.
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;

- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN 4.877 e Resolução BCB 59;
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019;
- o) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de agosto de 2022.

Não houve resultado não recorrente contabilizado no semestre findo em 30 de junho de 2022. No semestre findo em 30 de junho de 2021 houve resultado não recorrente de R\$ 1.753 relacionado a despesas de contribuição social em virtude da majoração da contribuição social. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição para o passivo discal diferido foi calculada sob a alíquota de 25%, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021 e para o período após 31 de dezembro de 2021 a alíquota de contribuição para o passivo fiscal diferido é de 20% (nota explicativa 19 d). Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 4.818/20.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

Conforme instruções do Banco Central o Banco contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (expected credit loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e locais são comparadas por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local.

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro será calculada até julho de 2022, considerando a alíquota de 20%. Para o período entre agosto e dezembro de 2022 a alíquota da contribuição passará a vigorar sob a alíquota de 21%, conforme medida provisória nº 1.115, publicada em 28 de abril de 2022 (em apreciação pelo congresso para ser convertida em Lei).

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   alta administração.

A avaliação de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolução 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstrações Financeiras” está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulament  o local da Resolução 2.682 com a provisão por perda esperada (ECL-expected credit loss) calculada pelo grupo. Esta comparação   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada ao ECL se essa última maior. No semestre de 2022 houve uma reversão no valor de R\$ 442 e no semestre de 2021 houve uma reversão no valor de R\$ 1.815 no resultado.

II. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas   variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

a) Técnicas de mensuração do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

| | |
|---------------|------|
| Junho de 2022 | -934 |
| Junho de 2021 | -605 |

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

b) Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”) é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basiléia II, com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada ao Diretor de Riscos.

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto na Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolução BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a Resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

| Nível | Tempo até o desenquadramento | Ação | Fórum |
|--------------|-------------------------------------|-------------------------|--------------|
| Nível 1 | 6 meses | Definição de estratégia | CRM&LGC BSGB |

| | | | |
|---------|---------|---|---------------------------|
| Nível 2 | 3 meses | Reavaliação da estratégia | CRM&LGC BSGB |
| Nível 3 | 2 meses | Reavaliação da estratégia | CGCRL&M Grupo SG & Matriz |
| Nível 4 | n/a | Operacionalização do aumento de capital | Matriz |

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|------------------|
| Disponibilidades | 109.088 | 178.242 |
| Aplicações no mercado aberto | 47.472 | 1.161.828 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 653 | 90.866 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 531.819 | - |
| Variação cambial sobre aplicações em moedas estrangeiras | (8.056) | (36) |
| Total | <u>680.976</u> | <u>1.430.900</u> |

Estão representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| Em 30 de junho de 2022 | A vencer até 3 | | | | Total |
|--|------------------|-----------------|---------------|---------------|------------------|
| | meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | |
| Aplicações no mercado aberto | 2.625.703 | - | - | - | 2.625.703 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 12.111 | 186.713 | 61.473 | 16.551 | 276.848 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 960.704 | - | - | - | 960.704 |
| Total | <u>3.598.518</u> | <u>186.713</u> | <u>61.473</u> | <u>16.551</u> | <u>3.863.255</u> |

| Em 31 de dezembro de 2021 | A vencer até 3 | | | | Total |
|--|------------------|-----------------|----------------|---------------|------------------|
| | meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | |
| Aplicações no mercado aberto | 3.406.172 | - | - | - | 3.406.172 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 8.909 | 17.054 | 197.364 | 15.609 | 238.936 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 90.779 | - | - | - | 90.779 |
| Total | <u>3.505.860</u> | <u>17.054</u> | <u>197.364</u> | <u>15.609</u> | <u>3.735.887</u> |

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021 por categoria:

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor na curva | Valor de mercado | Valor na curva | Valor de mercado |
| Carteira própria: | 416.031 | 396.081 | 535.914 | 506.504 |
| Títulos para negociação: | 65.692 | 63.937 | 30.138 | 30.143 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.349 | 1.350 | 1.280 | 1.280 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 46.468 | 46.378 | 3.134 | 3.129 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 17.875 | 16.209 | 25.724 | 25.734 |
| Títulos disponíveis para venda: | 350.339 | 332.144 | 505.776 | 476.361 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 2.876 | 2.569 | 234.950 | 233.968 |
| Debêntures | 347.463 | 329.575 | 270.826 | 242.393 |
| Vinculados à prestação de garantias: | 759.046 | 703.810 | 651.654 | 598.481 |
| Títulos para negociação: | 520 | 520 | 494 | 494 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 520 | 520 | 494 | 494 |
| Títulos disponíveis para venda: | 758.526 | 703.290 | 651.160 | 597.987 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 719.847 | 664.611 | 614.539 | 561.366 |
| Cotas de fundos de investimento | 38.679 | 38.679 | 36.621 | 36.621 |
| Total | 1.175.077 | 1.099.891 | 1.187.568 | 1.104.985 |

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

| Títulos disponíveis para venda | 2022 | | | | |
|----------------------------------|-------------|------------------|------------|------------------|---------------------------------------|
| | Valor Curva | Valor de mercado | Ajuste MtM | Imposto de Renda | Saldo MtM líquido de Imposto de Renda |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 722.723 | 667.180 | (55.543) | 24.994 | (30.549) |
| Cotas de fundos de investimento | 38.679 | 38.679 | - | - | - |
| Debêntures | 347.463 | 329.575 | (17.888) | 8.050 | (9.838) |
| Total | 1.108.865 | 1.035.434 | (73.431) | 33.044 | (40.387) |

| Títulos disponíveis para venda | 2021 | | | | |
|----------------------------------|-------------|------------------|------------|------------------|---------------------------------------|
| | Valor Curva | Valor de mercado | Ajuste MtM | Imposto de Renda | Saldo MtM líquido de Imposto de Renda |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 849.489 | 795.334 | (54.155) | 24.369 | (29.786) |
| Cotas de fundos de investimento | 36.621 | 36.621 | - | - | - |
| Debêntures | 270.826 | 242.393 | (28.433) | 12.795 | (15.638) |
| Total | 1.156.936 | 1.074.348 | (82.588) | 37.164 | (45.424) |

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

No primeiro semestre de 2022, a administração do banco recebeu propostas de compra e venda entre partes independentes das debêntures da OAS, e, diante do exposto, a administração efetuou ajuste dos valores reconhecidos do referido título em suas demonstrações contábeis para R\$ 8.000 para que refletissem os eventos subsequentes que evidenciaram condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, Sendo assim, foi reconhecido como credor (receita) o valor complementar de mercado no patrimônio líquido de (R\$ 9.838) em 30 de junho de 2022 (R\$ 20.914 em 30 de junho de 2021), e o valor a mercado da debênture no encerramento do semestre de 2022 de R\$ 8.000 (zero em junho de 2021).

c) Composição por prazo de vencimento

| | 2022 | | | 2021 | | |
|-----------------------------|-------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------------|--------------------------------|------------------|
| | Títulos para negociação | Títulos disponíveis para venda | Total | Títulos para negociação | Títulos disponíveis para venda | Total |
| A vencer até 3 meses | 3.899 | 360.254 | 364.153 | 760 | 236.551 | 237.311 |
| A vencer entre 3 e 12 meses | 932 | - | 932 | 2.355 | 242.393 | 244.748 |
| A vencer entre 1 e 3 anos | 53.574 | 667.180 | 720.754 | 11.252 | 595.404 | 606.656 |
| A vencer entre 3 e 5 anos | 2.885 | 8.000 | 10.885 | 909 | - | 909 |
| A vencer entre 5 e 15 anos | 3.167 | - | 3.167 | 15.361 | - | 15.361 |
| Total | <u>64.457</u> | <u>1.035.434</u> | <u>1.099.891</u> | <u>30.637</u> | <u>1.074.348</u> | <u>1.104.985</u> |

d) Composição por emissor

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Títulos para negociação | <u>64.457</u> | <u>30.637</u> |
| Públicos | <u>64.457</u> | <u>30.637</u> |
| Governo Federal | 64.457 | 30.637 |
| Títulos disponíveis para venda | <u>1.035.434</u> | <u>1.074.348</u> |
| Públicos | <u>667.180</u> | <u>795.334</u> |
| Governo Federal | 667.180 | 795.334 |
| Privado | <u>368.254</u> | <u>279.014</u> |
| Cotas de fundos de investimento | 38.679 | 36.621 |
| Debêntures | 329.575 | 242.393 |
| Total | <u>1.099.891</u> | <u>1.104.985</u> |

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's por indexador:

e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 30 de junho de 2022

| <u>Indexador</u> | <u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u> | <u>Curva - Diferencial a receber (pagar)</u> | <u>Mercado - Diferencial a receber (pagar)</u> |
|---|---|--|--|
| CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa) | 264.164 | (63.683) | (64.290) |
| CDI x PRÉ | 915.118 | (161.535) | (141.045) |
| DÓLAR (NDF) | 3.951.922 | 926 | (1.872) |
| DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa) | 21.565 | 1.111 | 476 |
| DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa) | 33.885 | 159 | 126 |
| EURO (NDF) | 512.141 | 4.934 | 5.679 |
| EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa) | 264.164 | (59) | (603) |
| EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa) | 21.565 | (10) | 745 |
| LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa) | 33.885 | (45) | 12 |
| PRÉ (NDF) | 5.237.656 | 100.921 | 96.641 |
| PRÉ x CDI | 1.935.668 | (5.461) | 19.187 |
| PRÉ X EURO | 1.030.552 | 130.577 | 113.938 |
| PRÉ X EURO (Fluxo de caixa) | 257.816 | 11.638 | 1.433 |
| PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa) | 744.680 | 86.481 | 77.407 |
| Total | <u>15.224.781</u> | <u>105.954</u> | <u>107.834</u> |

Em 31 de dezembro de 2021

| Indexador | Operações registradas | Curva - Diferencial | Mercado - |
|--|-------------------------------------|---------------------|----------------------------------|
| | na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão | a receber (pagar) | Diferencial a receber (pagar) |
| CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa) | 264.164 | (114.668) | (120.173) |
| CDI x EURO (Fluxo de caixa) | 375.000 | (47.031) | (49.826) |
| CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa) | 5.556 | (2.344) | (2.356) |
| CDI x PRÉ | 915.118 | (153.720) | (151.427) |
| DÓLAR (NDF) | 4.243.717 | 27.556 | 49.833 |
| DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa) | 24.646 | (1.234) | (180) |
| DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa) | 45.180 | (2.197) | (2) |
| EURO (NDF) | 824.912 | (9.490) | (3.106) |
| EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa) | 264.164 | (119) | (3.155) |
| EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa) | 24.646 | (31) | (511) |
| LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa) | 5.538 | (46) | (70) |
| LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa) | 45.180 | (209) | (2.367) |
| PRÉ (NDF) | 6.764.488 | 13.401 | (23.741) |
| PRÉ x CDI | 1.873.570 | 2.604 | 75.229 |
| PRÉ x DÓLAR | 7.658 | (3.393) | (3.485) |
| PRÉ X EURO | 760.852 | (28.330) | (57.476) |
| PRÉ X EURO (Fluxo de caixa) | 196.986 | 12.266 | (2.213) |
| PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa) | 747.242 | (23.491) | (44.510) |
| Total | 17.388.617 | (330.476) | (339.536) |

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo registrado no ativo: | 653.801 | 345.257 |
| Saldo registrado no passivo: | (545.967) | (684.793) |
| Diferencial líquido a receber/(pagar) | 107.834 | (339.536) |

e.2) Mercado futuro

| Mercadoria | 2022 | | 2021 | |
|------------|------------------------|--------------------------------|------------------------|--------------------------------|
| | Valor dos contratos | Ajuste a receber (pagar) | Valor dos contratos | Ajuste a receber (pagar) |
| DDI | 4.154.131 | 20.058 | 5.026.834 | (103.227) |
| DI | 7.359.425 | (3.553) | 8.640.255 | (1.605) |
| Dólar | 2.194.944 | 2.411 | 6.099.169 | (28.162) |
| Wdo | 357.591 | 1.822 | 1.567.331 | (30.883) |
| Total | 14.066.091 | 20.738 | 21.333.589 | (163.877) |

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 660.720 em 30 de junho de 2022 (R\$ 555.037 em 31 de dezembro de 2021).

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

| Em 30 de junho de 2022 | Valores referenciais | | | | | |
|------------------------|----------------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|--------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Total de contratos |
| “Swap” | 1.098.656 | 626.047 | 2.495.961 | 1.302.398 | - | 5.523.062 |
| Operações a Termo NDFs | 4.505.208 | 3.950.252 | 1.213.420 | 32.839 | - | 9.701.719 |
| Futuros | 7.348.481 | 4.259.350 | 2.254.352 | 199.887 | 4.021 | 14.066.091 |
| Total | 12.952.345 | 8.835.649 | 5.963.733 | 1.535.124 | 4.021 | 29.290.872 |

| Em 31 de dezembro de 2021 | Valores referenciais | | | | | |
|---------------------------|----------------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|--------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Total de contratos |
| “Swap” | 80.176 | 1.739.273 | 2.306.150 | 1.229.901 | 200.000 | 5.555.500 |
| Operações a Termo NDFs | 6.486.541 | 5.010.821 | 335.755 | - | - | 11.833.117 |
| Futuros | 15.886.079 | 2.878.002 | 2.289.352 | 122.173 | 157.983 | 21.333.589 |
| Total | 22.452.796 | 9.628.096 | 4.931.257 | 1.352.074 | 357.983 | 38.722.206 |

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 30 de junho de 2022 e de 2021, os seguintes resultados:

| | 2022 | 2021 |
|----------------|-----------|---------|
| NDF | 262.446 | 107.749 |
| Swap | 542.219 | 181.150 |
| Mercado futuro | (743.784) | 337.301 |
| Opções | - | 8 |
| Total | 60.881 | 626.208 |

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

| “Hedge” fluxo de caixa | 2022 | | 2021 | |
|--|--------------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| | Valores de Mercado (BRL) | | Valores de Mercado (BRL) | |
| | USD | CDI | USD | CDI |
| Empréstimos | (33.036) | - | (41.075) | - |
| DDI | 29.819 | (26.324) | 38.248 | (29.296) |
| DI | - | 26.409 | | 29.932 |
| Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido) | | 1.840 | | 1.869 |
| Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa | | (828) | | (841) |
| Valor líquido de impostos (nota 18.f) | | <u>1.012</u> | | <u>1.028</u> |

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------------|------------------------|
| FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO | | |
| Quantidade cotas investidas pelo Banco | <u>299.779,4947942</u> | <u>299.779,4947942</u> |
| Saldo | <u>38.679</u> | <u>36.621</u> |

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Ativo – Outros créditos

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|----------|
| <u>Operação:</u> | | |
| Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2) | 20.738 | - |
| Total | <u>20.738</u> | <u>-</u> |
| Curto prazo | <u>20.738</u> | <u>-</u> |

b) Passivo – Outras obrigações

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|----------------|
| <u>Operação:</u> | | |
| Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2) | - | 163.877 |
| Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio | 32 | - |
| Total | <u>32</u> | <u>163.877</u> |
| Curto prazo | <u>32</u> | <u>163.877</u> |

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|------------------|------------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 174.116 | 174.304 |
| Financiamentos | 36.831 | 153.477 |
| Total das operações de crédito | <u>210.947</u> | <u>327.781</u> |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11) | 654.958 | 592.113 |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11) | 2.157 | 4.081 |
| Outros créditos – títulos e créditos a receber | 229.118 | 376.631 |
| Total de outros créditos | <u>886.233</u> | <u>972.825</u> |
| Total do risco da carteira | <u>1.097.180</u> | <u>1.300.606</u> |

b) Diversificação por atividade:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Setor privado: | | |
| Indústria | 419.424 | 589.102 |
| Comércio | 571.817 | 585.675 |
| Instituições financeiras | 10.849 | 14.459 |
| Pessoas físicas | 200 | 120 |
| Prestação de serviços | 32.867 | 47.710 |
| Outros serviços | 62.023 | 63.540 |
| Total | <u>1.097.180</u> | <u>1.300.606</u> |

c) Vencimento:

| | <u>2022</u> | | <u>2021</u> | |
|--------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | <u>Valor</u> | <u>%</u> | <u>Valor</u> | <u>%</u> |
| Prazo: | | | | |
| Vencidas | 4.528 | 0,41 | 11.066 | 0,85 |
| A vencer até 3 meses | 53.175 | 4,85 | 260.769 | 20,05 |
| A vencer de 3 a 12 meses | 772.857 | 70,44 | 620.339 | 47,70 |
| A vencer de 1 a 3 anos | 255.685 | 23,30 | 396.542 | 30,49 |
| A vencer de 3 a 5 anos | 10.935 | 1,00 | 11.890 | 0,91 |
| Total | <u>1.097.180</u> | <u>100,00</u> | <u>1.300.606</u> | <u>100,00</u> |

d) Concentração da carteira de crédito:

| | 2022 | | 2021 | |
|---------------------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Valor | % sobre a carteira | Valor | % sobre a carteira |
| Principal devedor | 379.185 | 34,56 | 227.512 | 17,49 |
| 10 seguintes maiores devedores | 646.446 | 58,92 | 929.194 | 71,44 |
| 20 seguintes maiores devedores | 47.779 | 4,35 | 91.534 | 7,04 |
| 50 seguintes maiores devedores | 23.770 | 2,17 | 47.502 | 3,65 |
| 100 seguintes maiores devedores | - | - | 4.864 | 0,37 |
| Total | 1.097.180 | 100,00 | 1.300.606 | 100,00 |

e) Nível de risco:

| Nível | % | 2022 | | | 2021 | | |
|-------|---------|--------------|----------|-----------|--------------|----------|-----------|
| | | Curso Normal | Vencidos | Total | Curso Normal | Vencidos | Total |
| AA | 0,00% | 708.725 | - | 708.725 | 815.701 | - | 815.701 |
| A | 0,50% | 93.939 | - | 93.939 | 170.473 | - | 170.473 |
| B | 1,00% | 270.733 | - | 270.733 | 277.567 | 529 | 278.096 |
| C | 3,00% | 19.257 | 670 | 19.927 | 25.030 | - | 25.030 |
| D | 10,00% | - | 1.409 | 1.409 | - | 5.770 | 5.770 |
| E | 30,00% | - | 962 | 962 | 769 | 1.580 | 2.349 |
| G | 70,00% | - | 1.485 | 1.485 | - | - | - |
| H | 100,00% | - | - | - | - | 3.187 | 3.187 |
| | | 1.092.654 | 4.526 | 1.097.180 | 1.289.540 | 11.066 | 1.300.606 |

f) Provisão por nível de risco:

| Nível | % | 2022 | | 2021 | |
|------------------------|---------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | | Total | Provisão | Total | Provisão |
| AA | 0,00% | 708.725 | - | 815.701 | - |
| A | 0,50% | 93.939 | 470 | 170.473 | 852 |
| B | 1,00% | 270.733 | 2.706 | 278.096 | 2.781 |
| C | 3,00% | 19.927 | 598 | 25.030 | 751 |
| D | 10,00% | 1.409 | 141 | 5.770 | 577 |
| E | 30,00% | 962 | 289 | 2.349 | 705 |
| G | 70,00% | 1.485 | 1.040 | - | - |
| H | 100,00% | - | - | 3.187 | 3.187 |
| Provisão mínima | | 1.097.180 | 5.244 | 1.300.606 | 8.853 |
| Provisão adicional (*) | | | 51 | | 492 |
| Total | | 1.097.180 | 5.295 | 1.300.606 | 9.345 |

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo Société Générale. Esta compara o   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada a perda esperada calculada pelo grupo

se essa última for maior. Neste semestre houve uma reversão no valor de R\$ 441. (reversão de R\$ 1.815 em 2021).

10. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

| | 2022 | 2021 |
|---|---------|----------|
| Saldo inicial | 8.853 | 20.449 |
| Constituição (Reversão) | (816) | (11.596) |
| Baixas | (2.793) | - |
| Saldo final | 5.244 | 8.853 |
| | | |
| Constituição (Reversão) Adicional Res.2682 | (441) | (2.469) |
| | | |
| Curto prazo | 2.291 | 5.587 |
| Longo prazo | 2.953 | 3.266 |
| Total | 5.244 | 8.853 |

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Ativo: | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 12.584.780 | 8.728.220 |
| Direitos sobre venda de câmbio | 12.012.187 | 7.868.361 |
| Adiantamentos em moeda nacional recebidos | (8.622) | - |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a) | 2.157 | 4.081 |
| Total | 24.590.502 | 16.600.662 |
| | | |
| Curto prazo | 21.865.285 | 14.040.547 |
| Longo prazo | 2.725.217 | 2.560.115 |
| Total | 24.590.502 | 16.600.662 |
| | | |
| Passivo: | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 12.371.439 | 8.365.346 |
| Obrigações por compra de câmbio | 12.692.068 | 8.434.220 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a) | (654.958) | (592.113) |
| Total | 24.408.549 | 16.207.453 |
| | | |
| Curto prazo | 21.528.853 | 13.569.821 |
| Longo prazo | 2.879.696 | 2.637.632 |
| Total | 24.408.549 | 16.207.453 |

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------|----------------|
| Adiantamentos e antecipações salariais | 1.251 | 321 |
| Devedores por depósitos em garantia (*) | 449.233 | 439.591 |
| Impostos e contribuições a compensar | 88.245 | 109.010 |
| Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 20) | 65 | 65 |
| Devedores diversos no exterior (**) ne. 20 | 19.808 | 12.313 |
| Outros | 1.649 | 1.112 |
| Total | <u>560.251</u> | <u>562.412</u> |
| Curto prazo | 69.843 | 145.839 |
| Longo Prazo | <u>490.407</u> | <u>416.573</u> |
| | <u>560.250</u> | <u>562.412</u> |

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 64.174 em 30 de junho de 2022 (R\$ 62.584 em 31 de dezembro de 2021), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 151.246 (R\$ 147.112 em 2021), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 42.046 em junho de 2022 (R\$ 40.614 em 2021). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2022 é de R\$ 36.042 (R\$ 33.204 em 2021). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM. O valor atualizado em 2022 é de R\$ 123.445 (R\$ 119.151 em 2021).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 20).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|---------------|----------------|
| Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (nota explicativa nº 19 a) | 21.578 | 59.507 |
| Impostos e contribuições a recolher | 3.936 | 1.222 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 d) | 60.995 | 81.168 |
| Total | <u>86.509</u> | <u>141.897</u> |
| Curto prazo | 31.702 | 60.729 |
| Longo Prazo | <u>54.807</u> | <u>81.168</u> |
| | <u>86.509</u> | <u>141.897</u> |

c) Outras obrigações - diversas:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------|----------------|
| Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i) | 217.009 | 211.608 |
| Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i) | 26.721 | 29.159 |
| Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i) | 11.014 | 26.138 |
| Provisão com despesas de pessoal | 15.918 | 25.727 |
| Provisão para despesas de publicação | 27 | 54 |
| Provisão para pagamentos a fornecedores | 1.234 | 2.498 |
| Provisão para despesas de advogados | 181 | 101 |
| Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a) | 63.689 | 47.547 |
| Provisão para despesas de auditoria | 477 | - |
| Provisão para despesas de serviços técnicos especializados | 693 | 693 |
| Provisão para garantias prestadas (*) | 72 | 42 |
| Fundo garantidor de crédito | - | 20 |
| Provisão adicional | 51 | 492 |
| Comissão de Indicação (Estruturação) | 1.090 | 3.874 |
| Outras | 80 | 10 |
| Total | <u>338.256</u> | <u>347.963</u> |
| Curto prazo | 82.749 | 81.017 |
| Longo Prazo | <u>255.507</u> | <u>266.946</u> |
| | <u>338.256</u> | <u>347.963</u> |

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2022 R\$ 576.180 (R\$ 486.350 em 31 de dezembro de 2021).

13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|----------------|----------------|
| Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c) | 217.009 | 211.608 |
| Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c) | 26.721 | 29.159 |
| Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c) | 11.014 | 26.138 |
| Total | <u>254.744</u> | <u>266.905</u> |

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de Junho de 2022

| | <u>Riscos fiscais e obrigações legais</u> | <u>Riscos trabalhistas</u> | <u>Riscos cíveis</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------------|---|--------------------------------|----------------------|----------------|
| Saldo inicial | 211.608 | 29.159 | 26.138 | 266.905 |
| Constituição (nota explicativa nº 23) | 98 | - | - | 98 |
| Reversão (nota explicativa nº 22) | - | (2.998) | (15.251) | (18.249) |
| Atualização (nota explicativa nº 23) | 5.303 | 560 | 127 | 5.990 |
| Saldo final | <u>217.009</u> | <u>26.721</u> | <u>11.014</u> | <u>254.744</u> |

| | | | | |
|-------------------------------------|---------|--------|-------|---------|
| Devedores por depósitos em garantia | 418.906 | 22.990 | 7.337 | 449.233 |
|-------------------------------------|---------|--------|-------|---------|

Em 31 de dezembro de 2021

| | <u>Riscos fiscais e obrigações legais</u> | <u>Riscos trabalhistas</u> | <u>Riscos cíveis</u> | <u>Total</u> |
|---------------|---|--------------------------------|----------------------|----------------|
| Saldo inicial | 208.323 | 54.151 | 26.198 | 288.672 |
| Constituição | - | - | 3.800 | 3.800 |
| Reversão | (644) | (26.413) | (4.969) | (32.026) |
| Atualização | 3.929 | 1.421 | 1.109 | 6.459 |
| Saldo final | <u>211.608</u> | <u>29.159</u> | <u>26.138</u> | <u>266.905</u> |

| | | | | |
|-------------------------------------|---------|--------|-------|---------|
| Devedores por depósitos em garantia | 406.047 | 25.549 | 7.995 | 439.591 |
|-------------------------------------|---------|--------|-------|---------|

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2022

| | Riscos fiscais e obrigações legais | | Riscos trabalhistas | | Riscos cíveis | |
|--|------------------------------------|----------------|---------------------|---------------|----------------|---------------|
| | Valor | | Valor | | Valor | |
| | Valor do risco | provisionado | Valor do risco | provisionado | Valor do risco | provisionado |
| Perdas prováveis e obrigações legais (a) | 217.009 | 217.009 | 26.760 | 26.721 | 17.292 | 11.014 |
| Perdas possíveis (b) | 300.824 | - | 118.629 | - | 1.706 | - |
| Perdas remotas | 43.341 | - | 2.233 | - | - | - |
| Total de provisões | <u>561.174</u> | <u>217.009</u> | <u>147.622</u> | <u>26.721</u> | <u>18.998</u> | <u>11.014</u> |

Em 31 de dezembro de 2021

| | Riscos fiscais e obrigações legais | | Riscos trabalhistas | | Riscos cíveis | |
|--|------------------------------------|----------------|---------------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Valor | | Valor | | Valor | |
| | Valor reclamado | provisionado | Valor reclamado | provisionado | Valor reclamado | provisionado |
| Perdas prováveis e obrigações legais (a) | 211.608 | 211.608 | 29.199 | 29.159 | 26.138 | 26.138 |
| Perdas possíveis (b) | 287.874 | - | 129.846 | - | 1.938 | - |
| Perdas remotas | 42.587 | - | 2.233 | - | - | - |
| Total de provisões | <u>542.069</u> | <u>211.608</u> | <u>161.278</u> | <u>29.159</u> | <u>28.076</u> | <u>26.138</u> |

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 928 (R\$ 911 em 2021).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 135.245 (R\$ 132.430 em 2021);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2022, totalizou R\$ 44.757 (R\$ 44.265 em 2021);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 8.872 (R\$ 8.775 em 2021) ;
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados

na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 30 junho de 2022 é de R\$ 22.007 (R\$ 20.308 em 2021).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 42.046 (R\$ 40.614 em 2021);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 54.754 (R\$ 53.334 em 2021)
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de julho de 2022 totalizou R\$ 133.977, (R\$ 129.486, em 2021);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 33.132 (R\$ 32.391 em 2021).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

Em 2021 a controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil reduziu o seu capital no valor de R\$ 50.000 como parte da otimização do nível de capital para suas atividades. O valor foi repatriado para o Banco seu único controlador.

| | SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil | |
|---|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Informações das controladas: | | |
| Capital social | 84.398 | 84.398 |
| Ordinárias | 1.537.587 | 1.537.587 |
| Preferenciais | 1.537.587 | 1.537.587 |
| Participações - % | 100 | 100 |
| Patrimônio líquido | 84.673 | 82.661 |
| (Prejuízo) Lucro líquido semestre | 2.100 | (3.375) |
| Movimentação dos investimentos: | | |
| Saldos no início do exercício | 82.661 | 136.001 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 2.100 | (3.375) |
| Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas | (88) | 35 |
| Redução de capital | - | (50.000) |
| Saldos no final do período | <u>84.673</u> | <u>82.661</u> |

15. DEPÓSITOS

| | Depósitos à vista | | Depósitos a prazo | | Depósitos interfinanceiros | | Total | |
|--------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|----------------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Sem vencimento | 7.381 | 11.068 | - | - | - | - | 7.381 | 11.068 |
| Até 3 meses | - | - | 15.390 | 425 | - | 62.247 | 15.390 | 62.672 |
| De 3 meses a 1 ano | - | - | 393.488 | 57.605 | - | - | 393.488 | 57.605 |
| De 1 a 3 anos | - | - | 17.068 | 14.610 | 85.510 | 28.178 | 102.578 | 42.788 |
| Total | <u>7.381</u> | <u>11.068</u> | <u>425.946</u> | <u>72.640</u> | <u>85.510</u> | <u>90.425</u> | <u>518.837</u> | <u>174.133</u> |

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

| Em 30 de junho de 2022 | A vencer até 3 | | |
|--------------------------------|----------------|-----------------|---------------|
| | meses | De 3 a 12 meses | Total |
| Carteira de Livre Movimentação | 4.513 | 42.667 | 47.180 |
| Total | <u>4.513</u> | <u>42.667</u> | <u>47.180</u> |

| Em 31 de dezembro de 2021 | A vencer até 3 | | |
|--------------------------------|----------------|-----------------|---------------|
| | meses | De 3 a 12 meses | Total |
| Carteira de terceiros | 55.016 | - | 55.016 |
| Carteira de Livre Movimentação | 6.289 | - | 6.289 |
| Total | <u>61.305</u> | <u>-</u> | <u>61.305</u> |

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

| | 2022 | | 2021 | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Patrimonial | Resultado | Patrimonial | Resultado |
| Empréstimos: | | | | |
| Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a) | 655.252 | 21.301 | 570.055 | 64.181 |
| Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b) | 2.805.348 | 332.432 | 2.845.816 | (369.779) |
| Obrigações por empréstimos no exterior (c) | 515.999 | 77.724 | 612.385 | 31.337 |
| Subtotal | <u>3.976.599</u> | <u>431.457</u> | <u>4.028.256</u> | <u>(274.261)</u> |
| Repasse do exterior | | | | |
| Obrigações por repasses no exterior (d) | - | (3) | - | (5) |
| Total | <u>3.976.599</u> | <u>431.454</u> | <u>4.028.256</u> | <u>(274.266)</u> |
| Curto prazo | 3.954.812 | | 3.747.950 | |
| Longo Prazo | 21.787 | | 280.306 | |
| | <u>3.976.599</u> | | <u>4.028.256</u> | |

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2022 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 5,72% ao ano (5,89% em 2021).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,50% ao ano (5,64% ao ano em 2021).

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos   varia o cambial e juros de até 6,57% ao ano em 2022 e em 2021.

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa n  7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marca o a mercado no Banco com ajuste favorável em R\$ 1.116 em junho 2022 (em 31 de dezembro de 2021, favorável em R\$ 675).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------------|------------------|------------------|
| A es ordinárias | 508.474 | 508.474 |
| A es preferenciais | 508.474 | 508.474 |
| Total | <u>1.016.948</u> | <u>1.016.948</u> |

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribui o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco,  nico acionista   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em a es conforme demonstrado na nota explicativa n  26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2021 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

| | <u>jun/22</u> | <u>dez/21</u> | <u>jun/21</u> |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| Saldo no início do período | (45.424) | (17.514) | (17.514) |
| Ajuste a valor justo (Resultado DRA) | 9.158 | (50.745) | (35.927) |
| Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA) | <u>(4.121)</u> | <u>22.835</u> | <u>16.168</u> |
| Saldo no final do semestre/exercício (nota explicativa 7b) | <u>(40.387)</u> | <u>(45.424)</u> | <u>(37.273)</u> |

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

| | <u>jun/22</u> | <u>dez/21</u> | <u>jun/21</u> |
|---|---------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do período | 1.028 | (734) | (734) |
| Ajuste a valor justo (Resultado DRA) | (29) | 3.204 | 2.311 |
| Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA) | <u>13</u> | <u>(1.442)</u> | <u>(1.040)</u> |
| Saldo no final do semestre/exercício (nota explicativa 7 e.3) | <u>1.012</u> | <u>1.028</u> | <u>537</u> |

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021:

| | Imposto de renda | | Contribuição social | |
|--|------------------|----------|---------------------|----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias | 7.221 | 91.191 | 7.221 | 91.191 |
| Alíquota vigente | 25% | 25% | 20% | 20% |
| Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente | (1.805) | (22.798) | (1.444) | (18.238) |
| a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes: | | | | |
| -Resultado de participações em coligadas e controladas | 525 | 1.077 | 420 | 861 |
| -Juros indedutíveis Lei 12.249/10 | (151) | (1.710) | (121) | (1.368) |
| -Incentivo fiscal | (11) | - | (9) | - |
| -Outras despesas não dedutíveis | (1.679) | (3.941) | (1.398) | (3.175) |
| b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais: | | | | |
| Diferenças temporárias (a) | | | | |
| -Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | 3.040 | 6.349 | 2.432 | 5.081 |
| -Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos | (14.489) | (15.568) | (11.591) | (12.454) |
| -(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris | 62 | 16 | 50 | 13 |
| -Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos | 204 | 256 | 163 | 204 |
| -Provisão para publicação de balanço | 7 | 14 | 6 | 11 |
| -Provisão para Transfer Price Agreements | (4.036) | 1.993 | (3.229) | 1.594 |
| -Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais | 3.224 | 704 | 2.579 | 563 |
| -(Provisão)/Reversão de bônus e PLR | 3.188 | 1.982 | 2.550 | 1.586 |
| -Honorários advocatícios | (20) | (40) | (16) | (32) |
| -Provisão Garantias | - | 480 | - | 384 |
| -Outras diferenças temporárias | (16) | (71) | (13) | (58) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício | (11.957) | (31.257) | (9.621) | (25.028) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido | 12.225 | 14.907 | 10.110 | 10.173 |
| Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios | - | - | - | - |
| Total de imposto de renda e contribuição social | 268 | (16.350) | 489 | (14.855) |

O Banco não possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2022, mas possui diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 485.133 (R\$ 438.889 em 2021), sobre as quais, apenas sobre a parcela de R\$ 68.297, contabilizou em 30 Junho de 2022 imposto de renda (25%) e contribuição social (20% e 21%*) diferidos no montante de R\$ 31.182 (em 30 de Junho de 2021 não havia créditos tributários sobre diferenças temporárias contabilizados) em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN N° 4.842), especificamente para cumprimento aos arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 417.313, não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido em R\$ 187.791 (R\$ 197.500 em 2021) por não ter atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

(*) Em junho de 2022 foi considerada a alíquota vigente no momento da realização esperada dos créditos tributários, em observação a Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022. Assim para a porção cuja expectativa de realização está prevista entre agosto e dezembro de 2022, foi considerada a alíquota de 21% para a contribuição social.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos (período findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021)

(*) Em junho de 2022 foi considerada a alíquota vigente no momento da realização esperada dos créditos tributários, em observação a Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022. Assim para a porção cuja expectativa de realização está prevista entre agosto e dezembro de 2022, foi considerada a alíquota de 21% para a contribuição social.

| Ativo - Imposto de renda | 2022 | 2021 |
|---|----------------------|----------------|
| Diferenças temporárias realizadas no curto prazo | 68.297 | 64.460 |
| TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01) | 73.431 | 82.589 |
| Total | <u>141.728</u> | <u>147.049</u> |
| Alíquota de imposto de renda | 25% | 25% |
| Ativo fiscal constituído | <u>35.432</u> | <u>36.762</u> |
| | | |
| Ativo - Contribuição social | | |
| Diferenças temporárias realizadas no curto prazo | 68.297 | 64.460 |
| TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01) | 73.431 | 82.589 |
| Total | <u>141.728</u> | <u>147.049</u> |
| Alíquota de contribuição social | <u>20% e 21% (*)</u> | <u>20%</u> |
| Ativo fiscal constituído | <u>28.794</u> | <u>29.410</u> |
| | | |
| Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social) | <u>64.226</u> | <u>66.172</u> |

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias (período findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021):

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 66.172 | 17.355 |
| Constituições / (realizações) Dif. Temp. | 2.175 | 29.007 |
| Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda | (4.121) | 19.810 |
| Saldo final | <u>64.226</u> | <u>66.172</u> |

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo (período findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021):

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 81.168 | 91.008 |
| Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação | (25.964) | (12.474) |
| Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda | - | (2.424) |
| Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge | (13) | 842 |
| Receitas com atualização de depósitos judiciais | 5.804 | 4.216 |
| Saldo final (*) | <u>60.995</u> | <u>81.168</u> |

(*) Nota explicativa nº 12 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

| Valor contábil | | |
|--|---------------|---------------|
| Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos | | |
| Ano | 2022 | 2021 |
| 2022 | 35.921 | 53.377 |
| 2023 | 28.305 | - |
| 2040 | - | 12.795 |
| Total | <u>64.226</u> | <u>66.172</u> |

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 57.126 em 30 de junho de 2022 (R\$ 49.542 em 2021).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

| Contraparte | Ativo (passivo) | | Receitas (despesas) | |
|--|-----------------|-------------|---------------------|----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil | | | | |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 115.040 | 86.602 | 3.881 | 6.647 |
| Valores a receber de sociedades ligadas (*) | 63 | 63 | 405 | 405 |
| Depósitos à vista | (116) | (22) | - | - |
| Dividendos a pagar/receber | - | - | - | - |
| Operações com swap - diferencial a pagar/receber | - | - | - | - |
| Depósitos interfinanceiros | (85.510) | (90.425) | (4.280) | (4.891) |
| Société Générale - Nova York: | | | | |
| Depósitos no exterior em moeda estrangeira | 574.375 | 107.202 | - | - |
| Obrigações por empréstimos do exterior | (559.375) | (1.140.869) | - | (5.226) |
| Société Générale - Paris: | | | | |
| Depósitos no exterior em moeda estrangeira | 491.136 | 62.771 | - | - |
| Devedores diversos no exterior (*) | 19.808 | 12.313 | 48.169 | 69.712 |
| Credores diversos no exterior (**) | (63.689) | (47.547) | - | - |
| Obrigações em moeda estrangeira | (2.805.347) | (2.845.816) | (1.789) | (9.194) |
| Obrigações por empréstimos do exterior | (33.036) | (41.074) | - | - |
| Sogener Administração e Serviços Ltda. | | | | |
| Valores a receber de sociedades ligadas (*) | 2 | 2 | 11 | 11 |
| Depósitos à vista | (15) | (17) | - | - |
| Depósitos a prazo | (3.055) | (2.859) | (155) | (86) |
| Ald Automotive Ltda. | | | | |
| Depósitos à vista | (779) | (655) | - | - |
| Operações com swap - diferencial a pagar/receber | 194.778 | (112.639) | 69.301 | (27.604) |
| Pascal FIM investimento no exterior | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 37.807 | 94.205 | (54.575) | (9.367) |
| Saint Germain fundo de investimento multimercado | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | (154) | 6.104 | (9.054) | (24.939) |
| Resumo por conta: | | | | |
| Depósitos no exterior em moeda estrangeira | 1.065.511 | 169.973 | - | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 115.040 | 86.602 | 3.881 | 6.647 |
| Depósitos à vista | (910) | (694) | - | - |
| Dividendos a pagar/receber | - | - | - | - |
| Depósitos a prazo | (3.055) | (2.859) | (155) | (86) |
| Depósitos interfinanceiros | (85.510) | (90.425) | (4.280) | (4.891) |
| Devedores diversos no exterior (*) | 19.808 | 12.313 | 48.169 | 69.712 |
| Valores a receber de sociedades ligadas (*) | 65 | 65 | 416 | 416 |
| Obrigações em moeda estrangeira | (2.805.347) | (2.845.816) | (1.789) | (9.194) |
| Credores diversos no exterior (**) | (63.689) | (47.547) | - | - |
| Obrigações por empréstimos do exterior | (592.411) | (1.181.943) | - | (5.226) |
| Operações com swap - diferencial a pagar/receber | 194.778 | (112.639) | 69.301 | (27.604) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 37.653 | 100.309 | (63.629) | (34.306) |

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------|--------------|--------------|
| Proventos | 6.484 | 4.409 |
| Contribuição ao INSS | 1.431 | 1.049 |
| Total | <u>7.915</u> | <u>5.458</u> |

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|------------------------|---------------------|------------------------|------------------|---------------------|------------------------|------------------|
| | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total |
| Société Générale-Paris | 508.474 | 508.474 | 1.016.948 | 508.474 | 508.474 | 1.016.948 |
| Total de ações | <u>508.474</u> | <u>508.474</u> | <u>1.016.948</u> | <u>508.474</u> | <u>508.474</u> | <u>1.016.948</u> |

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|---------------|---------------|
| Despesas de serviços técnicos especializados | 7.610 | 5.402 |
| Despesas de processamento de dados | 4.502 | 3.560 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 4.731 | 5.822 |
| Despesas de aluguéis | 1.676 | 1.799 |
| Despesas de depreciação e amortização | 647 | 667 |
| Despesas com custas judiciais | 4.533 | 8.024 |
| Despesas com consultoria jurídica | 1.548 | 1.252 |
| Outras desp adm | 3.714 | 3.262 |
| Total | <u>28.961</u> | <u>29.788</u> |

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|---------------|---------------|
| Reversão de despesas da matriz | - | 5.634 |
| Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii) | - | 644 |
| Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii) | 2.998 | 22.664 |
| Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii) | 15.251 | 4.681 |
| Atualização de outros impostos e contribuições a compensar | - | 72 |
| Atualização de depósitos judiciais | 14.084 | 2.757 |
| Reversão provisão adicional de crédito ECL | 442 | 1.815 |
| Outras rec operacionais | 5.279 | 2.545 |
| Total | <u>38.054</u> | <u>40.812</u> |

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|---------------|---------------|
| Provisão de despesas com a matriz | 16.143 | 12.351 |
| Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii) | 98 | - |
| Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii) | 5.303 | 1.178 |
| Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii) | 560 | 1.251 |
| Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii) | 127 | - |
| Variação cambial | 41 | 2.165 |
| Outras | 516 | 1.191 |
| Total | <u>22.788</u> | <u>18.136</u> |

24. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

| Rubrica | Sigla | Cálculo pelo critério atual (Basileia II) | |
|--|-------|--|------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| | | Patrimônio Líquido de Referência (ajustado) | PR |
| Patrimônio de Referência Exigido | PRE | 476.963 | 332.651 |
| Parcela do Risco das Posições "Banking Book" | RBAN | 41.195 | 48.945 |
| Valor da margem | | <u>1.007.735</u> | <u>1.133.922</u> |

• Parcelas que compõem o PRE

| Parcela | 2022 | | 2021 | |
|---------|---------|-----------------------|---------|-----------------------|
| | Totais | % de consumo do PR | Totais | % de consumo do PR |
| RWACPAD | 324.342 | 21% | 243.333 | 16% |
| RWACAM | 88.944 | 6% | 21.043 | 1% |
| RWAJUR1 | 6.232 | 0% | 6.558 | 0% |
| RWAJUR2 | 11.550 | 1% | 18.752 | 1% |
| RWAJUR3 | 709 | 0% | 507 | 0% |
| PACS | - | 0% | - | 0% |
| RWAOPAD | 45.187 | 3% | 42.456 | 3% |

• Extrapolação

| | 2022 | 2021 |
|------------------|---------------|---------------|
| Índice alcançado | <u>25,59%</u> | <u>36,45%</u> |

25. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Plano de a es livres | 3.455 | 3.925 |
| Total | <u>3.455</u> | <u>3.925</u> |
| Saldo no início do semestre | 3.925 | 3.753 |
| Constitui o | - | 172 |
| Reversão | <u>(470)</u> | - |
| Saldo no fim do semestre | <u>3.455</u> | <u>3.925</u> |

26. OUTRAS INFORMA ES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2022, as contribui es dos patrocinadores totalizaram R\$ 605 (R\$ 440 em 2021) e pelos funcionários R\$ 598 (R\$ 562 em 2021).

27. RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-------------|-------------|
| Lucro líquido | 7.978 | 59.986 |
| Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação: | | |
| Quantidade média de ações | | |
| Ordinárias | 508.474 | 508.474 |
| Preferenciais | 508.474 | 508.474 |
| Lucro por ação em R\$ (reais) | | |
| Ordinárias | 7,85 | 0,06 |
| Preferenciais | 7,85 | 0,06 |
| Lucro atribuído por classe de ação | | |
| Ordinárias | 3.989 | 29.993 |
| Preferenciais | 3.989 | 29.993 |

28. EVENTO SUBSEQUENTE

A medida Provisória 1115/22, aumentou em 1% a alíquota da CSLL para o período de 01/08/2022 a 31/12/2022, passando a alíquota de 20% para 21%.